

VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueología Histórica  
Volume 19 | Número 2 | Julho – Dezembro 2025  
ISSN 1981-5875  
ISSN (online) 2316-9699

**UM “LUGAR” DE MUITAS FRONTEIRAS:  
ESTUDO CARTOGRÁFICO DOS LIMITES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO  
ESPAÇO EM IGARASSU, PERNAMBUCO (1859-1876)**

**UN “LUGAR” CON MUCHAS FRONTERAS: ESTUDIO CARTOGRÁFICO DE  
LOS LÍMITES Y ORGANIZACIÓN SOCIAL DEL ESPACIO EN IGARASSU,  
PERNAMBUCO (1859-1876)**

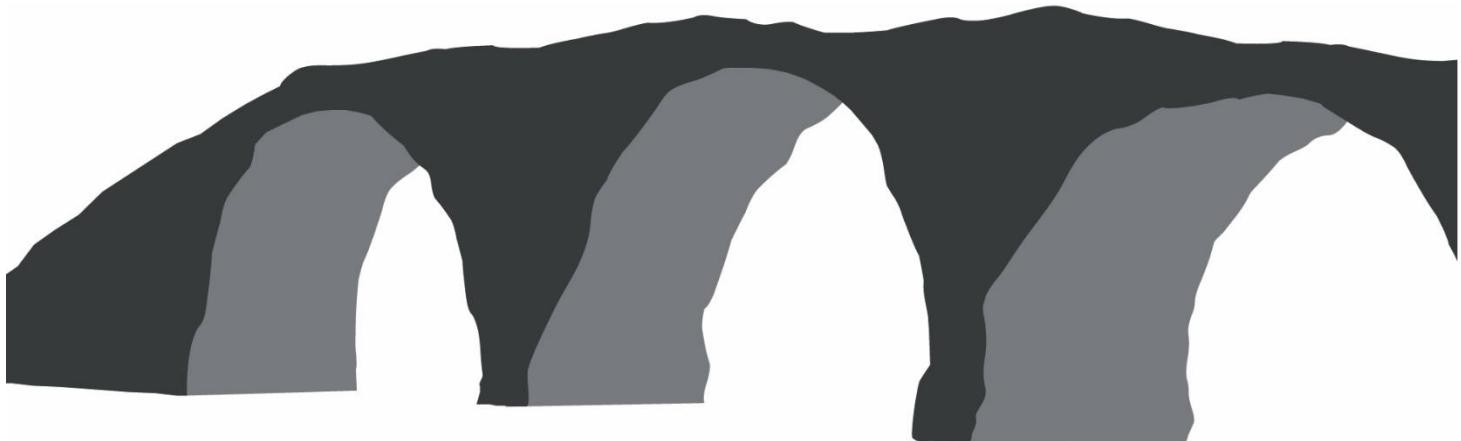
**A “PLACE” WITH MANY BORDERS:  
A CARTOGRAPHIC STUDY OF THE LIMITS AND SOCIAL ORGANIZATION  
OF IGARASSU, PERNAMBUCO (1859-1876)**

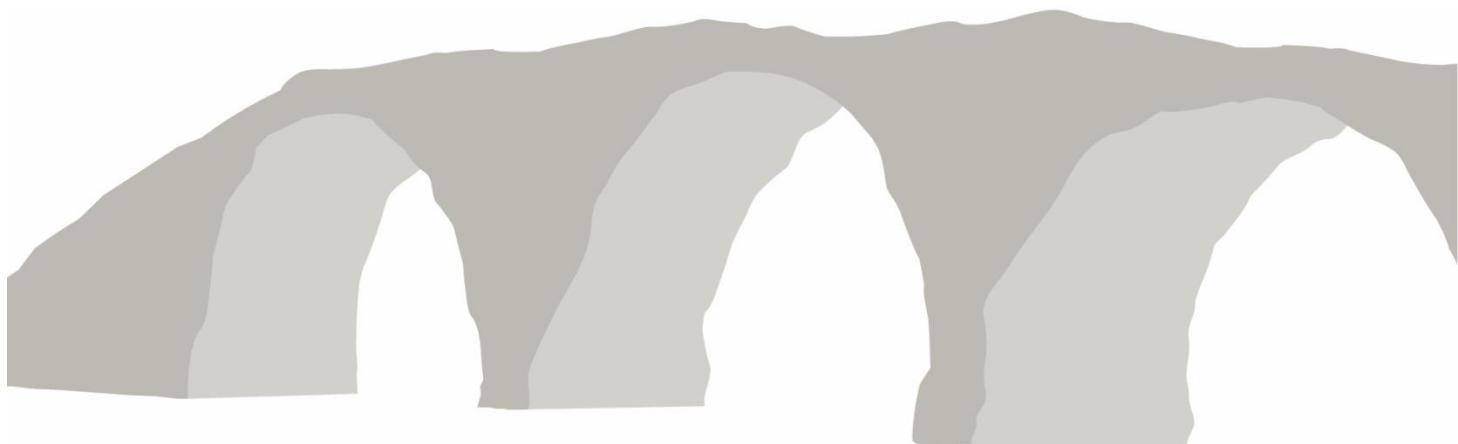
Alberto Lopes da Silva Júnior

Cláudia Alves de Oliveira

Demétrio da Silva Mützenberg

Amanda de Azevedo Cavalcanti Tavares





*Submetido em 07/10/2024.*

*Revisado em: 30/04/2025.*

*Aceito em: 05/05/2025.*

*Publicado em 30/07/2025.*

**UM “LUGAR” DE MUITAS FRONTEIRAS:  
ESTUDO CARTOGRÁFICO DOS LIMITES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO  
ESPAÇO EM IGARASSU, PERNAMBUCO (1859-1876)**

**UN “LUGAR” CON MUCHAS FRONTERAS: ESTUDIO CARTOGRÁFICO DE  
LOS LÍMITES Y ORGANIZACIÓN SOCIAL DEL ESPACIO EN IGARASSU,  
PERNAMBUCO (1859-1876)**

**A “PLACE” WITH MANY BORDERS:  
A CARTOGRAPHIC STUDY OF THE LIMITS AND SOCIAL ORGANIZATION  
OF IGARASSU, PERNAMBUCO (1859-1876)**

Alberto Lopes da Silva Júnior<sup>1</sup>

Cláudia Alves de Oliveira<sup>2</sup>

Demétrio da Silva Mützenberg<sup>3</sup>

Amanda de Azevedo Cavalcanti Tavares<sup>4</sup>

---

RESUMO

Este artigo apresenta o estudo dos limites e da organização dos espaços no Termo de Igarassu no período de 1859 a 1876, tendo em vista a necessidade de se compreender a estruturação das divisões religiosas e regenciais do litoral norte pernambucano no período oitocentista. Os métodos e técnicas empregados se concentram em dois principais procedimentos: os processos de georreferenciamento relativos à transformação geométrica de mapas e cartas corográficas produzidas sobre a localidade no século XIX e a caracterização do comportamento espacial dos núcleos de ocupação vigentes. Compreende-se que, ao longo do Segundo Reinado, a província de Pernambuco e suas segmentações foram submetidas a uma série de mudanças de ordem política e socioeconômica, refletindo novos desmembramentos e formações de comarcas, assim como o rearranjo de suas microestruturas de habitação, como o caso de vilas e povoações. Igarassu figura como importante marco no processo de povoamento da capitania e no ciclo da cana-de-açúcar da província, sendo estabelecido o traçado físico de seus limites em um recorte cronológico específico e a visualização de suas

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil. E-mail: [alberto.silvajunior@ufpe.br](mailto:alberto.silvajunior@ufpe.br). ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5116-5459>.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil. E-mail: [claudia.oliveira@ufpe.br](mailto:claudia.oliveira@ufpe.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3587-327X>.

<sup>3</sup> Universidad Federal de Pernambuco, Recife, Brasil. E-mail: [demetrio.mutzenberg@ufpe.br](mailto:demetrio.mutzenberg@ufpe.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7448-6539>.

<sup>4</sup> Universidad Federal de Pernambuco, Recife, Brasil. E-mail: [amanda.ctavares@ufpe.br](mailto:amanda.ctavares@ufpe.br). ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6306-6129>.

implicações na organização espacial e relacional de povoados. Desse modo, torna-se possível uma reflexão arqueológica acerca dos processos de ocupação e seu impacto na emergência de novos lugares.

**Palavras-chave:** Arqueología, Cartografía histórica, Pernambuco, Igarassu.

## RESUMEN

Este artículo presenta el estudio de los límites y la organización de los espacios en el Termo de Igarassu durante el período de 1859 a 1876, con el fin de comprender la estructuración de las divisiones religiosas y regenciales del litoral norte de Pernambuco en el siglo XIX. Los métodos y técnicas empleados se concentran en dos procedimientos principales: los procesos de georreferenciación relacionados con la transformación geométrica de mapas y cartas corográficas producidas sobre la localidad en el siglo XIX, y la caracterización del comportamiento espacial de los núcleos de ocupación vigentes. Se comprende que, a lo largo del Segundo Reinado, la provincia de Pernambuco y sus segmentaciones estuvieron sometidas a una serie de cambios políticos y socioeconómicos, reflejando nuevas divisiones y formaciones de comarcas, así como la reorganización de sus microestructuras de habitación, como el caso de villas y poblados. Igarassu figura como un importante hito en el proceso de poblamiento de la capitánía y en el ciclo de la caña de azúcar de la provincia, estableciéndose el trazado físico de sus límites en un recorte cronológico específico y visualizándose sus implicaciones en la organización espacial y relacional de los poblados. De este modo, se hace posible una reflexión arqueológica acerca de los procesos de ocupación y su impacto en la emergencia de nuevos lugares.

**Palabras clave:** Arqueología, Cartografía histórica, Pernambuco, Igarassu.

## ABSTRACT

This article presents a study of the boundaries and organization of spaces in the Termo de Igarassu from 1859 to 1876, in view of the need to understand the structuring of religious and regency divisions on the northern coast of Pernambuco in the nineteenth century. The methods and techniques employed focus on two main procedures: georeferencing processes involving the geometric transformation of maps and chorographic charts produced for the location in the nineteenth century, and the characterization of the spatial behavior of existing occupation centers. It is understood that throughout the second reign the province of Pernambuco and its segmentations were subjected to a series of political and socioeconomic changes, resulting in new territorial divisions and the formation of counties, as well as the rearrangement of housing microstructures, such as towns and villages. Igarassu stands out as an important landmark in the settlement of the captaincy and in the province's sugarcane cycle, with the physical outline of its boundaries being established within a specific chronological framework, allowing for the visualization of its implications in the spatial and relational organization of settlements. In this way, an archaeological reflection on occupation processes and their impact on the emergence of new places becomes possible.

**Keywords:** Archaeology, Historical cartography, Pernambuco, Igarassu.

## INTRODUÇÃO

Espaços, lugares e fronteiras desafiam a investigação arqueológica desde a acepção de sua prática enquanto ciência (Costa, 2018). Estejam em vigência no campo das ideias ou concretamente manifestos no processo da paisagem, essas categorias atuam como entrelas sobre as quais estruturas e vestígios das relações do passado tomam forma, constroem e se reelaboram continuamente por meio de tratados, conquistas, usos, mobilidades, redes de sociabilidades e demais dinâmicas da cultura (Tuan, 1983; Rolnik, 2011). Podemos dizer, desse modo, que assim como qualquer outra manifestação humana, paisagens fluidas se tornam representações estendidas de seus mentores, da transformação de seus interesses, seus valores e historicidade (Cavalcante & Elali, 2017).

Quando Ingold (1993, p. 154) afirma que “*a paisagem se torna parte de nós, assim como nós somos parte dela*”, sua perspectiva acerca da paisagem como elemento cultural emerge a partir da acepção do sujeito e sua morada, opondo-se a uma conceituação que a distingue binariamente da natureza, conformada por uma agência humana imaginada. Logo, paisagem e natureza, para além da dualidade entre a presença ou ausência da intervenção humana, se revelam igualmente concretas, ainda que possuam ordens de manifestação distintas; nesta ordem de manifestação, os elementos atuantes no âmbito cultural mimetizam implicitamente em si a “*totalidade de suas relações*”. Indivíduos seriam, portanto, simultaneamente observadores e parte de sua paisagem, tal qual objetos, construções e limites sob ela sublinhados.

O desafio de ler tais produtos em catarse demanda estratégias teóricas e metodológicas capazes de fazer frente ao processo, revelando traços fragmentariamente observáveis. A definição de limites, por si só, pressupõe a sucessão da criação dos lugares e, nesta interposição, verifica-se a emergência de uma condição na qual, de “transformado”, o espaço se torna transformador (Criado Boado, 1991; Sousa, 2007). Quando falamos em arqueologia histórica, esse papel pode ser facilmente reconhecido observando os movimentos que ocorrem durante a colonização portuguesa nas terras do chamado *Novo Mundo*. Capitanias, sesmarias, termos, freguesias, vilas e povoados formam um organograma no qual possibilidades de interação moldam-se a partir de princípios econômicos mutáveis e estratégias do poder vigente (Vieira, 2010). No século XIX, embora parte da partilha do Brasil império tenha sido formalmente delimitada em cartas de escala reduzida, as subdivisões das províncias e localização de núcleos de habitação menores se encontram fragmentariamente descritos entre autos legais, notas de imprensa, inventários e cartas corográficas, tornando suas reconstituições um trabalho de eminente necessidade de integração informacional.

Este artigo propõe o delineamento dos limites administrativos, civis e religiosos de Igarassu no período entre 1859 e 1876, momento de influência de iniciativas estatais no planejamento de reformas urbanas e estudo detalhado da configuração espacial da Província de Pernambuco em suas extensões urbanas e rurais. Para tanto, utilizamos dados arqueológicos, documentos e cartas históricas, bem como o emprego de sistemas de informação geográfica para a observação e contextualização dos principais movimentos que permearam a circunscrição e a organização de suas povoações. O uso de Sistema de Informação Geográfica – SIG tem contribuído não apenas ao procedimento de georreferenciamento relativo a imagens históricas advindas da cartografia analógica, mas também ao avanço dos estudos sobre o ordenamento do espaço no passado em suas diversas esferas (Ferreira, 2019).

A cartografia que deriva do seu uso é aqui empregada tanto no seu sentido instrumental-metodológico quanto em seu lugar de categoria de análise, sobre a qual buscamos não apenas pensar arqueologicamente o espaço a partir da representação, mas refletir os processos de sua construção.

#### MARCO TEÓRICO

A confluência das conceituações de espaço e lugar dão margem a frequentes questionamentos, sobretudo no âmbito dos estudos teóricos de ciências como Filosofia, Geografia, Arquitetura, Antropologia, assim como Arqueologia. A análise conceitual destes dois elementos repousa no paralelo que deve ser criado a partir da determinação das relações mútuas de diferenças e completudes existentes entre ambas concepções.

Dante disto, Coelho Neto (1999) e Chauí (2000) se complementam a partir de bases conceituais da Arquitetura e Filosofia respectivamente, ao definir que espaço e lugar conversam entre si, atuando como protagonistas na delimitação, estruturação e encerramento do objeto construído e, por fim, no estabelecimento do lugar ocupado. Neste contexto, o espaço age como fenômeno do próprio ato arquitetural e, ao ser criado e ocupado, dá lugar ao *lugar*, definindo-se como um local habitado, significado e valorizado pela simples presença humana. Dessa mesma forma, Tuan (1983) discorre que os significados de espaço e lugar também se fundem, pois um comprehende o outro. Logo, do vazio surge um espaço que se transforma em lugar, na medida em que o mesmo é denotado de valor, significados e atribuído como um meio familiar e social. Sob esta perspectiva, Ingold (1993, 2000) infere que é na experiência sob um espaço que o lugar é semanticamente assimilado.

Em adição, no campo teórico da Geografia, para Santos (1978, 1979) o conceito de espaço converge com o tempo; ou seja, o espaço como produto deve ser compreendido como um conjunto da obra de inúmeras representações sociais que ocorrem tanto no presente quanto no passado. Essa, portanto, seria a razão pela qual as mudanças espaciais não se comportam de maneira igual em diferentes lugares. Em resumo, o espaço nesse contexto seria fruto da obra humana operada por meio de sua relação com a natureza e domínio da técnica, e isto condicionaria uma dinâmica socioespacial imbuída de organização, interesses e necessidades específicas. Em concordância, na arqueologia, o espaço e lugar seguiram as mesmas definições conceituais expostas, trazendo à luz a concepção paisagística de um espaço que foi moldado e construído socialmente. Uma paisagem arqueológica seria, portanto, o produto dos processos de mescla e transformação do espaço e lugar ocupado, tornando-se também um fenômeno incutido de dinâmicas sociais, políticas e simbólicas (Geertz, 2001; Hodder, 1986).

A lógica espacial no processo de consolidação de lugares socialmente construídos impõe, sobremaneira, o estabelecimento de marcos limítrofes e fronteiras territoriais. Contudo, estes dois aspectos, além de enfrentar embates epistemológicos que concernem não somente às ciências geográficas, mas também à Antropologia, Ciências Políticas, Sociologia e Estudos Políticos, encontram-se permeando as incertezas significantes dos meios material e imaterial, como afirma Silva e Silva (2020).

De acordo com Machado (2000), o conceito de limite é comumente utilizado a partir da abordagem multidisciplinar da Geografia, considerando-o como uma delimitação dada por uma linha imaginária ou artificial definida por meios abstratos e jurídicos de um determinado espaço territorial, bem como através de marcadores naturais, como rios ou montanhas. Em ambas as situações, os limites agem como um instrumento definidor do próprio espaço territorial, constituindo-o em verdadeiras organizações ou unidades políticas. Já a fronteira, conceitualmente, ocorreria de forma adjacente à marcação de um dado limite; contudo, a

geometria entre estas duas delimitações perpassa questões físicas, possuindo, como afirmam Silva e Silva (2020) e Newman (2003), uma extensão artificial que abriga motivos subjetivos de caráter valorativo, cultural, político e social, que podem ser passíveis de mudanças, porém também resistentes a elas.

Ademais, Moreira (2018) e Hissa (2002) afirmam que na contemporaneidade não é mais possível se ater a esses dois conceitos apenas como limites físicos ou políticos, privados de relações sociais. Pelo contrário, tais marcos convergem e se tornam fluidos diante das mudanças geopolíticas, econômicas e sociais expansivas, que ora limitam, ora extrapolam espaços, redesenhando os lugares e territórios outrora impostos ou construídos.

Santos (2004) corrobora que o espaço ocupado se torna o cerne tanto de objetos naturais como sociais, conjugando relações indissociáveis que atuam na paisagem não estática e sujeitas a constantes processos de transformação que ocorrem de acordo com distintos momentos históricos, funções, necessidades, valores e sociedades. Dessa maneira, a usabilidade e fluência dos espaços no tempo compreendem configurações e categorias de demarcação diversas que são frutos de decisões, interesses, costumes e dinâmicas sociais de uma época.

No processo histórico de formação dos primeiros núcleos de ocupação e, consequentemente, do território brasileiro, divisões territoriais foram estabelecidas diante das necessidades e influências políticas e eclesiásticas que visavam, sobretudo, maior e melhor controle administrativo e religioso de uma dada região. Dessa forma, dentro de uma estrutura oficial e autônoma da Igreja, Vieira (2010) destaca que as freguesias condicionavam os centros emergentes a células maiores de divisão administrativa sobre o território. Os fregueses, residentes de determinada circunscrição paroquial, compunham uma comunidade, tendo no pároco e sua matriz os principais esteios de autoridade e centro dos eventos de ordem social e religiosa locais. Por outro lado, no âmbito administrativo e político da Colônia, o território brasileiro também atendia a uma subdivisão geral que elencava termos, comarcas e províncias.

As primeiras subdivisões propostas pretendiam um território dividido seguindo características lógicas de destaque populacional, administrativo e, sem dúvida, delineado por limites naturais, quando possíveis. Diante disso, “Termo” foi uma nomenclatura usual no Império ao designar marcos ou balizas delimitadoras de povoamentos ou vilas em relação ao entorno conhecido. Por sua vez, “Comarca” era originalmente utilizada para designar regiões ou territórios fronteiriços. Com o tempo, esse tipo de circunscrição espacial passou a abranger um território mais amplo que englobaria um dado povoamento de significativa importância política e administrativa, além de outros núcleos de ocupação secundários limítrofes (Viterbo, 1799; Bluteau & Morais Silva, 1789; Martins, 2001).

Após a Independência do Brasil e a instalação de um império brasileiro, segundo Guerra e Santos (2011) e Cigolini (2015), as Capitanias foram transformadas em Províncias. Estas assumiram praticamente as mesmas delimitações do antigo sistema das Capitanias Reais, ocorrendo, em alguns casos, a unificação de capitâncias menores para formar uma única nova divisão, bem como o surgimento de outras a partir da elevação de antigas comarcas. Nesse contexto, o propósito era continuar a divisão do território brasileiro sob a perspectiva de considerar áreas de maior e menor densidade populacional e representação política no Império, preservando, em parte, as divisões e representatividade sociopolítica regionais que foram desenvolvidas e consolidadas ao longo do tempo.

Desse modo, limites e fronteiras se encaminham para a composição dos lugares, sejam quais forem seus cenários e dimensões. De acordo com Costa (2018), esses aspectos elementares da paisagem não apenas

reproduzem as ideações políticas e culturais, como também legitimam e impõem possibilidades de vida. Considerando tais premissas, buscamos identificar os limites vigentes ao longo do Segundo Reinado no Termo de Igarassu e sua Freguesia dos Santos Cosme e Damião, pertencente ao litoral da então Província de Pernambuco, bem como identificar seu desempenho na promoção de arranjos e dinâmicas de habitação locais.

### MÉTODOS E TÉCNICAS

De acordo com Dutenkefer (2016), a visualização e correlação entre informações espaciais e culturais do passado, representadas por mapas analógicos, inspira uma soma de procedimentos que permitem sua compreensão em níveis dimensionais e geográficos. Trata-se dos métodos e técnicas do georreferenciamento aplicados à cartografia histórica (Umbelino *et al.*, 2009; D’Alge, 2015). Conforme Nogueira *et al.* (1997), georreferenciar reflete a instrumentalização e delineamento de arquivos vetoriais e matriciais a partir de um sistema de coordenadas definido. No que diz respeito à facilitação de suas práticas, destacam-se toda a sorte de softwares livres que permitem a adesão de complementos que atendem demandas específicas, como *OpenEV*, *Udig* e *QuantumGis* (Fonseca *et al.*, 2016).

O geoprocessamento de tais produtos, contudo, incorre em uma cadeia de condições que envolvem o estabelecimento de parâmetros e a compreensão de suas imposições (Ferreira, 2019). De acordo com Rolnik (2011), a cartografia deriva de uma temporalidade, mas também do acesso a certos dados, instrumentos e, acima de tudo, da percepção sobre uma realidade conhecida. O entendimento sobre essas variáveis leva Dutenkefer (2016) à concepção da metodologia de georreferenciamento relativo; isto é, à utilização de paralelos entre pontos de persistência contidos em cartas e mapas antigos e imagens capturadas via satélite. No campo da arqueologia, esse recurso tecnológico tem sido amplamente empregado na identificação das chamadas áreas de potencial investigativo, contribuindo para a otimização de tempo, avanço das pesquisas em áreas de grande amplitude e estudo das dimensões sociais do espaço (Soares, 2024).

Para tanto, realizamos o processo de identificação dos limites da divisão administrativa e religiosa do Termo de Igarassu a partir da versão 3.22 do programa de código aberto *QuantumGIS®*. Iniciamos com o procedimento de georreferenciamento relativo e transformação geométrica trabalhando a carta “*Limites das Comarcas e Freguezias da província de Pernambuco*” de 1859, de autoria de Nuno Pinheiro do Campos Nunes; a carta corográfica da Província de Pernambuco de 1868, elaborada por Cândido Mendes de Almeida para o *Atlas do Império do Brasil* do respectivo ano; a *Carta Corographica da Província de Pernambuco* do ano de 1874, da Repartição de Obras públicas (ROP) e as folhas 3 e 4 do mapa “*Estrada do Norte*” de 1876, da Escola da S. de Desenho.

A partir do módulo georreferenciador, a imagem correspondente à carta de interesse foi carregada para a área de trabalho no formato matricial *raster*. Os paralelos foram tecidos a partir de uma camada (*layer*) de referência contemporânea correspondente ao litoral norte Pernambucano, disponível a partir do complemento *Quickmap Service > Google > Google Earth* adaptados ao sistema bidimensional de coordenadas UTM, fuso 25s. Os paralelos correspondem a pontos de controle simbolizados por aspectos longevos da paisagem; desembocaduras de drenagem, topos tabulares e estruturas construtivas de persistência cronológica que operam como pontos de referência para a ferramenta de transformação (McCormac, 2017). Identificados os pontos, foram geradas camadas testes, cuja acurácia foi mensurada a partir da verificação de maior precisão na

proximidade entre as feições representadas e seus respectivos pontos de controle, como pode ser visto nas figuras 1 e 2.

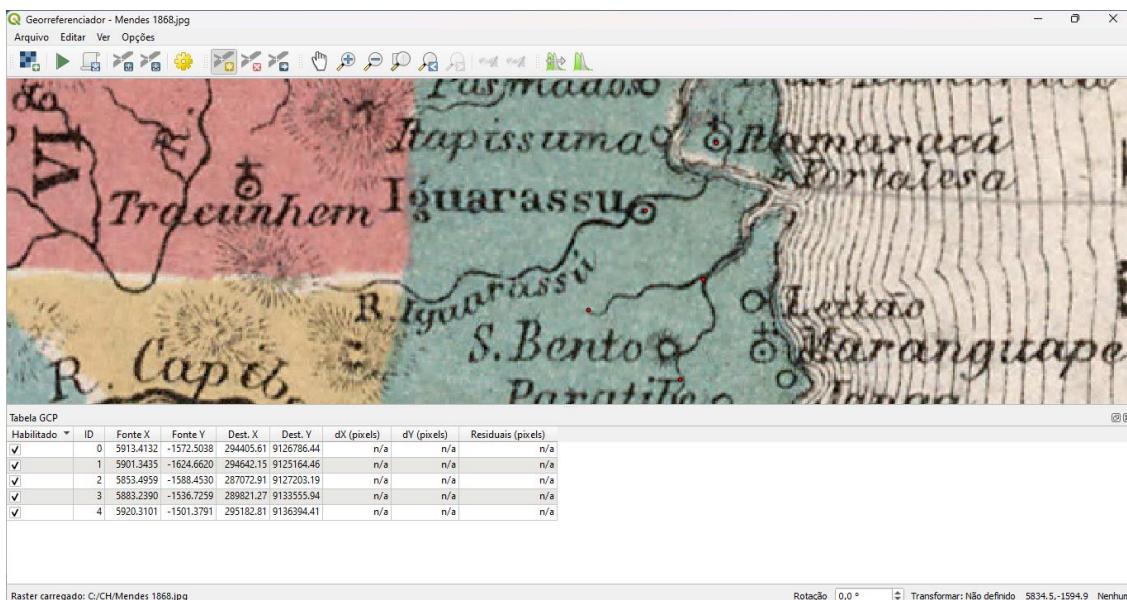


Figura 1. Estabelecimento de pontos de controle no procedimento de transformação geométrica da Carta da província de Pernambuco de 1868. Fonte: QuantumGIS (2024).



Figura 2. Carta corográfica da província de Pernambuco (1868) respectivamente antes (A) e após (B) o processo de transformação Polinomial de 1º grau. Fonte: QuantumGIS (2024).

A segunda atividade se empenhou no processo de vetorização dos limites da divisão, tendo por base as informações relativas à carta de 1868 geometricamente transformada, dados hidrográficos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), dados arqueológicos, autos de leis provinciais e notas de jornais que auxiliassem na obtenção de mais informações sobre a composição das vilas, povoados e seus demais

componentes urbanos. O levantamento documental seguiu os princípios de Corrêa *et al.* (2021), partindo da ideia de que os documentos de ordem pública ou privada resultam de processos de atribuição de sentido de seus respectivos tempos, tornando suas classificações fundamentais para as análises que delas decorrem.

A partir do módulo *camadas*, optou-se pela criação de uma nova *layer* do tipo *shapefile* linear, intitulada “*limites*”. Em seguida, a camada do tipo linha foi modificada para vetorial poligonal através dos comandos *Vetores > Geometrias > Linhas para Polígonos*. O produto se tornou a camada máscara para o recorte de elevação da quadrícula 07S36 do banco de dados geomorfométricos do Brasil (TOPODATA), permitindo a obtenção de um modelo digital de terreno com a abrangência aproximada da localidade por volta do terceiro quartil do século XIX.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Costa (2018), refletir sobre a construção do espaço transformado e suas margens é, antes de tudo, lidar com a retomada de ideias ao longo do tempo. No caso do litoral da província de Pernambuco da segunda metade do século XIX, trata-se de um constante atrito entre a busca pela reestruturação urbana e o sobressalto das cicatrizes de um projeto de ocupação conduzido pelas premissas de conquista, domínio, estabelecimento da cultura da cana-de-açúcar e do elemento religioso (Pereira, 2012). Conforme Vieira (2010), as relações edificadas pelas igrejas matriz e seus fregueses eram suficientemente fortes a ponto de resistir a remodelações abruptas de suas circunscrições, resultando, portanto, em espaços repletos de reverberações do passado (Andrade, 2019).

Ao investigarmos os parâmetros limítrofes das terras de Igarassu entre 1859 e 1872, pudemos observar que os passos para suas configurações neste período foram galgados pelo menos dez anos antes, com o Decreto Lei n.º 239 de maio de 1849 (Pernambuco, 1866). A instrução legal previa a extinção da Freguesia de Pasmado após 28 anos de vigência, bem como a distribuição de suas paragens entre as divisões de origem, revogando quaisquer criações de distritos e municípios decorrentes da Lei Provincial n.º 152. Como efeito, restituía-se também a Freguesia de Maranguape em suas dimensões anteriores ao desmembramento, incluindo a retomada de limites ao norte com a Freguesia dos Santos Cosme e Damião, condicionados pela Barra de Maria Farinha, seguindo o rio Jaguaribe e o riacho do Mirueira.

Se por um lado um dos primeiros pontos de ocupação de Pernambuco perdia espaço a sul, a destituição de Pasmado promoveu um avanço significativo dos seus arrabaldes a norte. No ano de 1852, a obra *Ensaio sobre a estatística civil e política da Província de Pernambuco* enfatiza o reencontro entre as Freguesias dos Santos Cosme e Damião e Nossa Senhora do Rosário de Goiana, através do Rio Ubu.

O período que sucedera à remodelação de zonas limítrofes em Igarassu acompanhou também o arranjo interno de suas subdivisões. Em 1866, a Ilha de Itamaracá integrou formalmente o corpo de distritos igarassuanos através do decreto provincial de número 676 (Pernambuco, 1866). A sudoeste, segundo o Ofício n.º 761 veiculado pela edição da quarta-feira do dia 6 de junho de 1860 no jornal *Diário de Pernambuco*, o distrito de Maricota do mesmo termo tomou forma reconhecida, acompanhando a barra de Maria Farinha e encontrando seu fim aos limites do rio imediato ao Engenho Monjope, indo de encontro à Freguesia de São Lourenço da Mata (Diário de Pernambuco, 1860).

Em perspectiva macro, o cenário de instrução do registro de distritos, termos e freguesias pernambucanas durante a metade do século XIX acompanhou um movimento crescente na documentação do território do

Império Brasileiro, suas comarcas e nucleações de menor porte (Dantas *et al.*, 2011). Na região nordeste, a prerrogativa de melhoria na infraestrutura urbana transformou capitais e centros litorâneos em objetos de uma leva de estudos detalhados acerca da hidrografia, topografia e ocupação. Como efeito da atuação da Repartição de Obras Públicas de Pernambuco, pesquisas militares e estudos direcionados de intelectuais como Cândido Mendes de Almeida e José Mamede Alves Ferreira, entre 1840 e 1870, a produção cartográfica na província obteve um fortalecimento expressivo.

O levantamento realizado acerca desses produtos da representação do espaço permitiu a identificação da permanência colonial do uso de eixos de drenagem como principal fator delimitador de zonas de fronteira ao longo do Segundo Reinado. Assim, a hidrografia atuou juntamente a elementos paisagísticos-culturais longevos na definição metodológica dos pontos de controle para o georreferenciamento relativo de cartas históricas produzidas ao longo do século XIX através da tecnologia SIG, como expresso nos exemplares da figura 3, destacando a circunscrição paroquial de interesse em variados momentos. Feições atreladas aos rios Paratibe, Jaguaribe, Inhaman, Pitanga, Utinga, Tabatinga e Itapissuma e a indicação das paróquias de Conceição de Vila Velha, Vila de Igarassu, Nossa Senhora do Ó, N. S. dos Prazeres de Maranguape, Sé de Olinda, Nazaré e Tracunhaém foram alguns dos componentes de maior recorrência em mapas de escala regional e provincial elaborados entre os anos de 1824 e 1880. Na figura 4, a simbologia de Igreja Matriz, elemento recorrente, assinala os centros eclesiásticos das Freguesias de Itamaracá e dos Santos Cosme e Damião em produções cartográficas dos séculos XIX e XX.

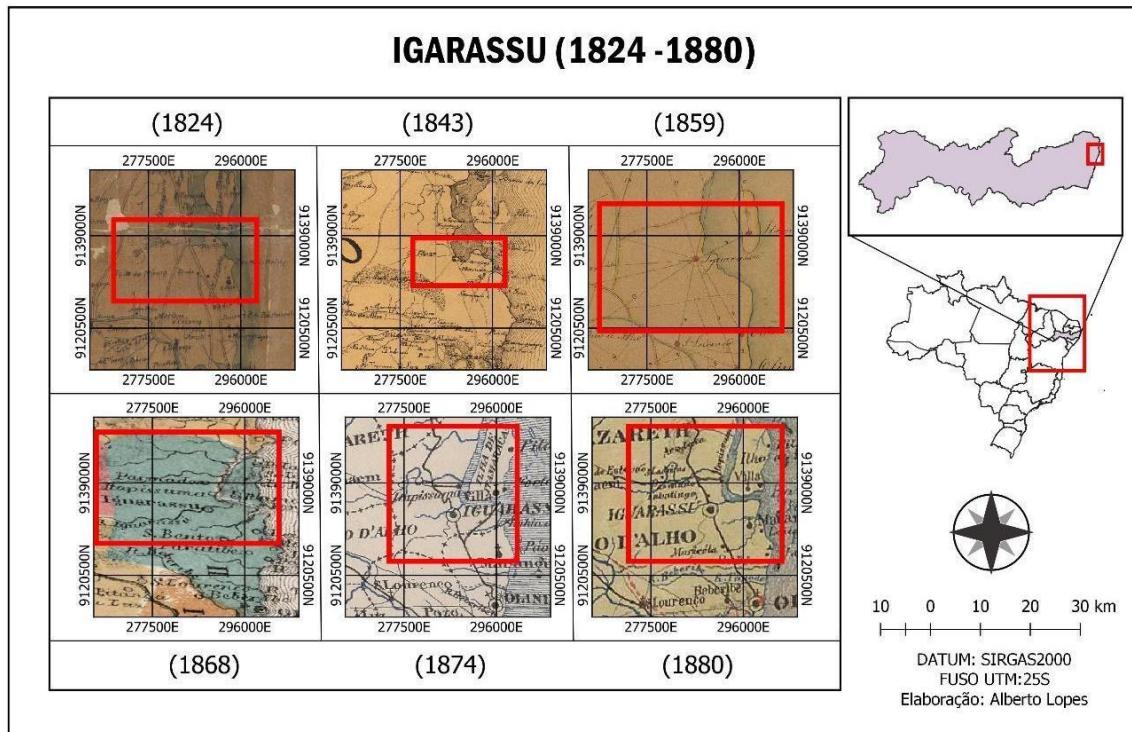


Figura 3. Circunjâncênia de Igarassu em diferentes cartas do século XIX marcam sua presença enquanto elemento persistente na paisagem do litoral norte da província de Pernambuco. Fonte: QuantumGIS (2024).

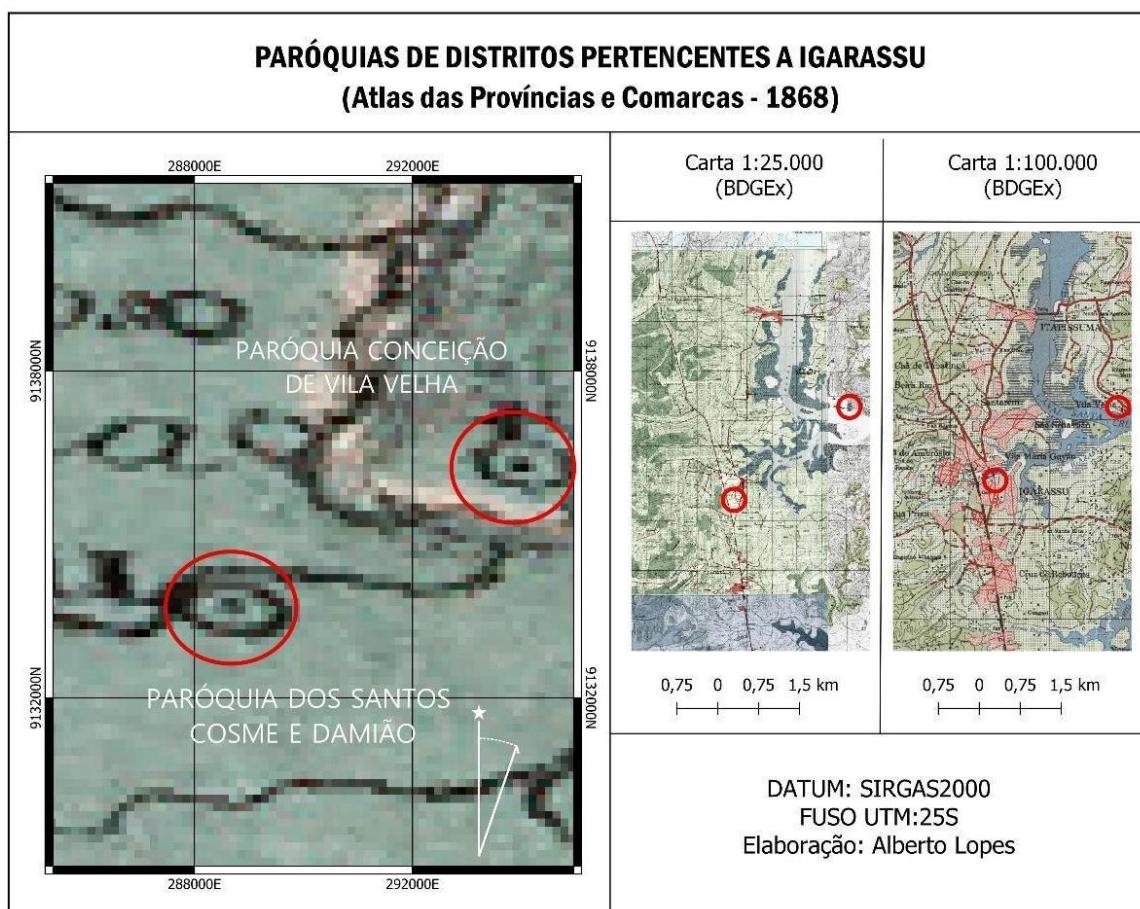


Figura 4. Centros administrativo-religiosos das freguesias dos Santos Cosme e Damião e Conceição da Vila Velha de Itamaracá, integrantes do termo de Igarassu na década de 1860. Fonte: QuantumGIS (2024).

Embora tivesse um desenvolvimento econômico com predominância da atividade rural advinda dos engenhos, o litoral norte se encontrava em um acelerado adensamento demográfico que colocava em xeque tanto o lugar de epicentro ocupado pelas unidades de produção quanto as medidas de comodidade pública e arruamento que, por volta de 1860, já possuíam valor legal em divisões ao sul da província (Pernambuco, 1860). Se consideradas as disposições de Tilley (1994), tornava-se observável um cenário no qual as acepções sobre “ser” e “estar” passavam a se encontrar em profunda transformação.

Conforme o censo geral de 1872, a Freguesia dos Santos Cosme e Damião contava com aproximadamente 2.572 casas e 13.884 habitantes, totalizando 4.682 cidadãos brancos, 8.910 pretos e pardos e 292 caboclos; juntamente ao distrito de Itamaracá, o número se eleva para cerca de 17.186 moradores (Brasil, 1872). O mesmo índice sugere que, por volta da criação da comarca de Igarassu, sua principal paróquia contabilizava uma população de 7.036 pretos e pardos livres ou libertos e 11.179 habitantes analfabetos (80,5% do seu somatório absoluto). Segundo Mello (1984), o emprego de mão de obra livre na província de Pernambuco nas últimas décadas do Segundo Reinado alcançou o percentual de 75%, remodelando significativamente o papel desempenhado pela mão de obra sazonal e pela população agregada às unidades agroprodutoras que, a partir de então, passaram a dividir espaço com a produção usineira. Para Costa e Azevêdo (2016), o cenário de crescimento da mão de obra forra, diante da ausência da assistência estatal, favoreceu um quadro específico de deslocamento restrito, no qual uma nova face da desigualdade ganhava forma através da segregação espacial-

geográfica. Eisenberg (1977) enfatiza que, no caso da região canavieira da província, a população concentrava-se em polos comerciais, valorizando zonas de fácil locomoção ao mesmo passo em que se materializavam à sombra de propriedades privadas voltadas à produção e cultivo, resultando em uma progressão condicionada de uso do solo.

O estudo da paisagem e do território em Igarassu evoca, desse modo, a necessidade de pensar não apenas a implementação de engenhos, mas a atuação de todos os sujeitos e aspectos que afetaram diretamente a composição dos seus sistemas funcionais e sociais (Pereira, 2012). Através da versão vetorizada e georreferenciada do mapa da Estrada do Norte de 1876, torna-se possível o vislumbre de parte dessas nucleações estabelecidas nas proximidades dos engenhos locais, como pode ser visto na figura 5. Com escala original de 1:10.000, a representação com carimbo da Rua dos Telégrafos, em suas folhas de número 3 e 4, remonta ao período do início desses serviços em Igarassu, bem como a ampla faixa de caminhos por terra que conectavam a Freguesia da Sé de Olinda a Goiana, atravessando áreas de trabalho, mata, capelas rurais, cemitérios e igrejas matrizes.

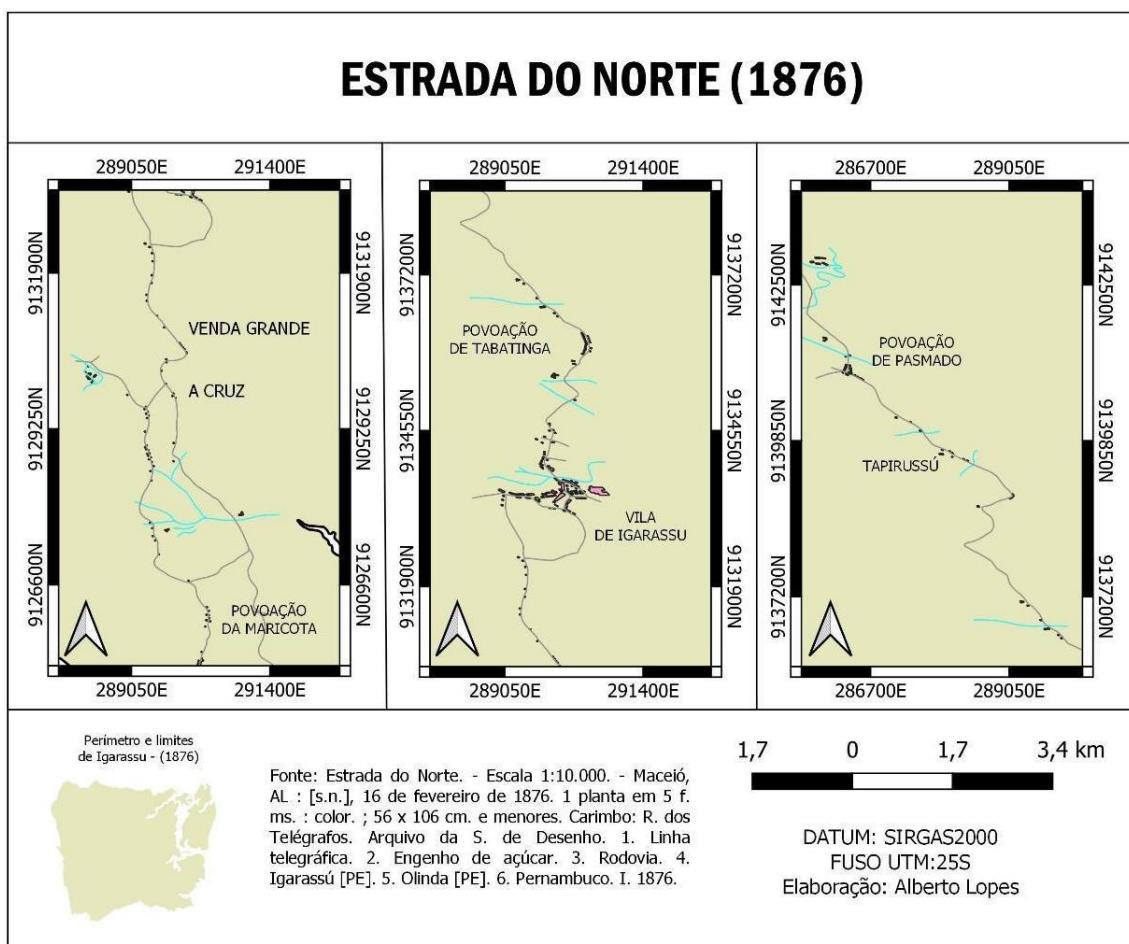


Figura 5. Povoados Igarassuanos como Cruz de Rebouças, Maricota, Pasmado, Tapirussú e Tabatinga se encontram representados nas folhas elaboradas em 1876 para o Mapa da Estrada do Norte. Fonte: QuantumGIS (2024).

Também puderam ser identificadas nucleações desenvolvidas nas margens de áreas de captação de tributos de longínqua persistência na malha urbana. São os casos da povoação de Maricota, correspondente ao atual município de Abreu e Lima (Figura 6) e da Povoação da Cruz, referente ao bairro de Cruz de Rebouças, ainda pertencente aos limites do município de Igarassu (Figura 7). Em ambos os casos, mostra-se evidente a relação entre a presença das duas malhas urbanas desenvolvidas e caminhos por terra: no caso da povoação da Cruz, alocada na bifurcação para a estrada do Engenho Monjope e para a Venda Grande, enquanto no caso do povoado da Maricota, situado em uma área de aclive entre os engenhos Desterro, Inhamã, Paulista e a estrada para Beberibe. O mapa de 1876 se destaca como uma das poucas produções remanescentes do período a retratarem tais aglomerados.

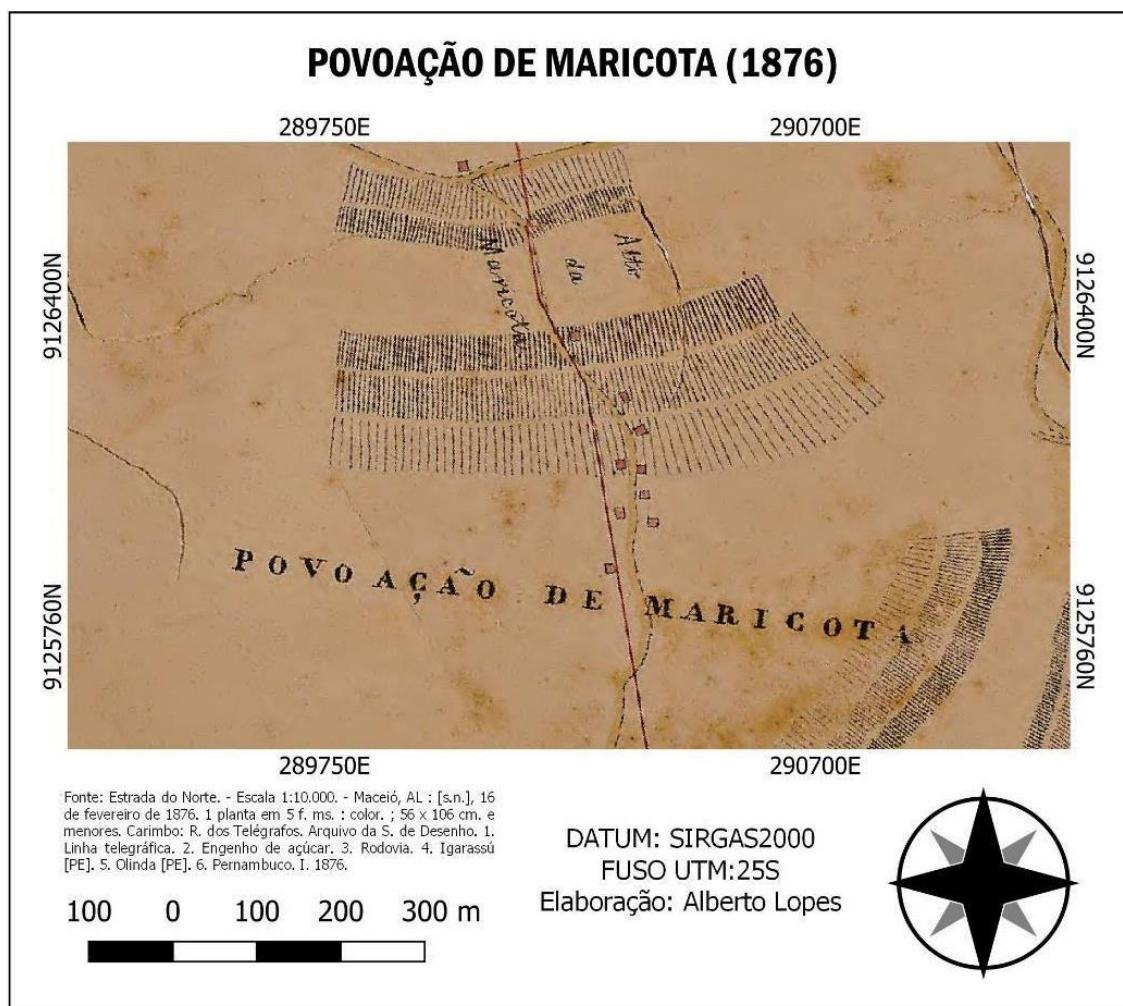


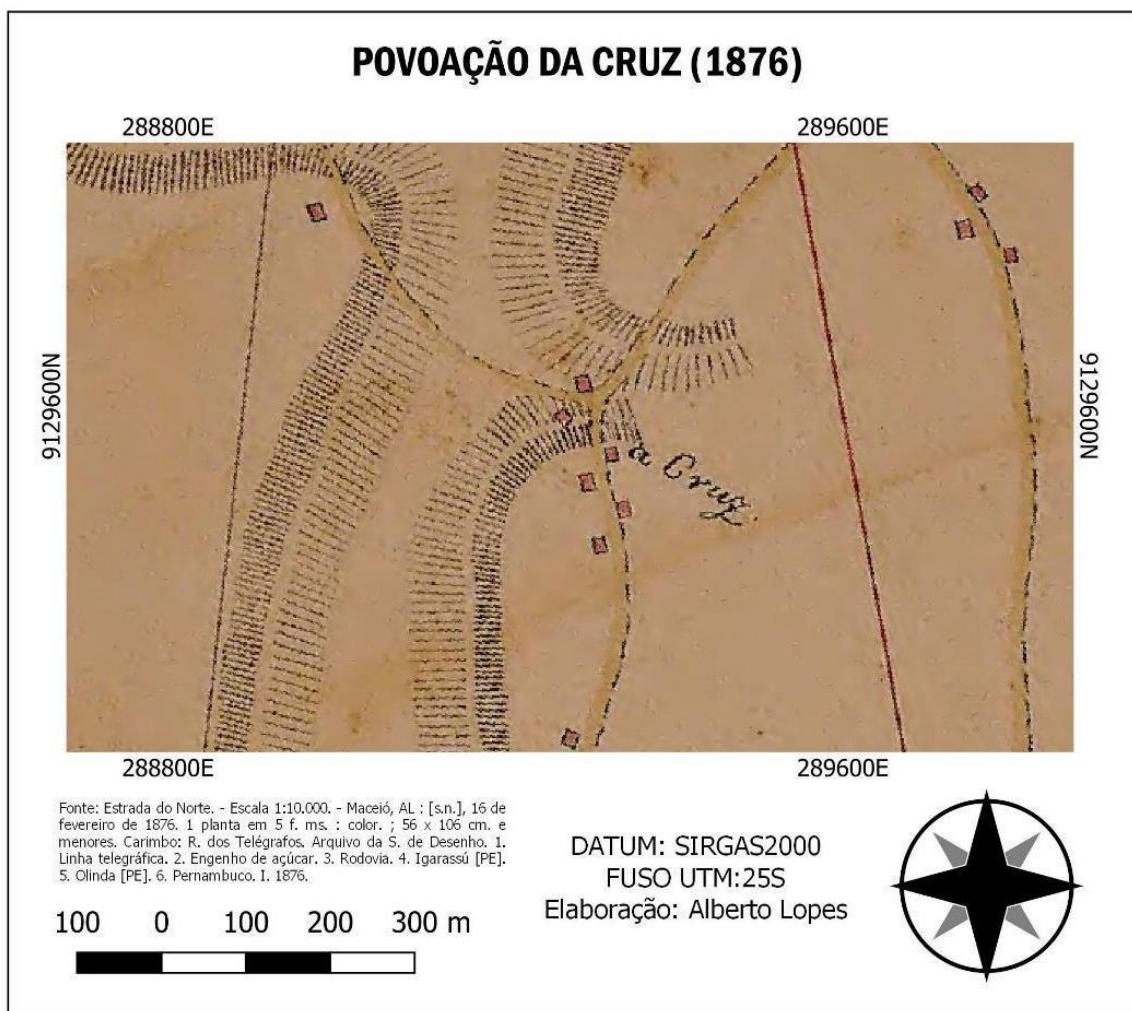
Figura 6. Nucleação urbana do povoado da Maricota, atual município de Abreu e Lima, no mapa da Estrada do Norte de 1876. Fonte: QuantumGIS (2024).

Para Ingold (1993), ao observarmos a paisagem - isto é, um mundo como é percebido por quem nele está inserido - estamos propensos a nos deslocarmos e vivenciarmos distâncias entre diferentes pontos em uma jornada imersiva, sob a qual a observação direcionada a cada *ethos relacional* nos permite compreender “lugar” e seus significados a partir dos vínculos nele estabelecidos. Partindo de tal premissa, torna-se possível a

ALBERTO LOPES DA SILVA JÚNIOR  
CLÁUDIA ALVES DE OLIVEIRA  
DEMÉTRIO DA SILVA MÜTZENBERG  
AMANDA DE AZEVEDO CAVALCANTI TAVARES

elaboração de uma cartografia integrativa sobre a qual informações de distintas naturezas são unidas em favor da compreensão da paisagem, organização dos espaços e suas micropolíticas; evidenciam-se, ainda que de maneira introdutória, pequenos coletivos deste recorte espaço-temporal.

Entre as décadas de 1860 e 1870, os habitantes que atravessassem as margens do Timbó rumo ao norte encontrariam a continuidade de duas grandes estradas já pertencentes aos domínios civis, religiosos e administrativos de Igarassu, terra de engenhos e de cultivo que até então contava com aproximadamente 5.028 lavradores (39,02% de sua população); seu número total de habitantes cresceria cerca de 7% desde o levantamento estatístico de 1852. A oeste da povoação da Maricota, um caminho para o arrabalde recifense de Beberibe e algumas construções poderiam ser observadas acompanhando o arruamento. Mais adiante, no alcance do alto da Maricota, poderiam ser obtidos serviços de mobilidade em cabriolés de duas e quatro rodas, como sugere a publicação de 17 de janeiro de 1873 no Diário de Pernambuco.



*Figura 7. Interseção de caminhos no Povoação da Cruz, atual Bairro da Cruz de Rebouças, no mapa da Estrada do Norte de 1876. Fonte: QuantumGIS (2024).*

Nas paragens do rio Inhamã poderiam ser vistas as ruínas do Engenho Desterro e as estruturas de outro engenho com o mesmo nome do curso d'água que pertencera aos falecidos Manoel Pereira de Moraes e Brites Sebastiana de Moraes, tendo como fiel depositário o então proprietário do Engenho Jaguaribe, Manoel

Francisco de Souza Leão (*Diário de Pernambuco*, 1861a). Ao lado do dito engenho, um caminho de terra atravessando as imediações de Guereré conduz moradores e andarilhos para o Engenho Gongaçary e povoação de Cuieiras.

Como pode ser visto nas figuras 8 e 9, denota-se a expressiva associação entre a concentração de zonas habitáveis e pontos de trabalho, quer ativos ou inativos, demonstrando a permanência do desempenho exercido pela presença de unidades agro produtivas enquanto propulsoras de densidade demográfica, a exemplo das disposições de Eisenberg (1977). À revelia de uma outrora posição de centralidade, como esboçado pelo cronista Henry Koster em sua passagem pelo Engenho Jaguaribe entre 1812 e 1813, o comportamento de dispersão das nucleações na segunda metade do século XIX demonstra uma projeção alheia parcialmente a áreas alagadiças, privilegiando proximidade com caminhos por terra utilizados para carreamento de mercadoria (vide Koster, 1978).

O trajeto norte pela estrada do contrato, ou estrada velha, como também era conhecida, prosseguia com a povoação da Cruz, composta por algumas casas de morada e vivenda de taipa e telha, tavernas e serviços de mascate. Um pequeno desvio acompanhando o curso do rio à esquerda conduzia para o Engenho Monjope, rodeado pelas propriedades da viúva e dos herdeiros de Manoel Dias, pelo sítio de Francisco Hollanda Cavalcante e pela casa de farinha de Antonio Bento de Araujo, viúvo de Josephina Carolina Gomes (Museu Histórico de Igarassu, 1870). Embora a natureza de detalhamento da escala de 1:10.000 do mapa de 1876 não permita maiores inferências sobre as características destas propriedades, inventários da freguesia testemunham documentalmente características partilhadas que possibilitam um olhar aproximado: moradias à margem da estrada, sítios esparsos, munidos de mão de obra escrava, pequenas áreas de fruticultura, agricultura e criação de animais.

Ainda sob esta perspectiva, elementos fragmentários da vida cotidiana da população, como a realização de sacramentos, revelam a linha tênue entre ser “morador de povoado”, e ser “vizinho de engenho”. Como o caso de Henriqueira, herdeira do falecido pai Felippe Filgueira Galvão e residente do povoado da Cruz, cujo batismo arrolado pelo pároco Joze Joaquim Lobo de Albertim se realizou na capela de São Pedro do Engenho Monjope (Museu Histórico de Igarassu, 1867).

A leste da povoação da Cruz, em direção à costa, poderia ser alcançada a Venda Grande e, após algumas centenas de metros, as ruínas do engenho Pirajuí e a povoação de Camboa onde, por volta de 1870, uma capela em devoção a Santa Ana permanecia recebendo enterramentos dos moradores locais e de seus arrabaldes, como o caso do párvelo Thomaz (7 anos) e do ingênuo Manoel (2 anos), sepultados respectivamente nos dias 7 de agosto e 1 de novembro do ano de 1874 (Arquivo do Instituto Arqueológico, Histórico, Geográfico de Pernambuco, 1872-1873, 1872-1877).

Para os que prosseguissem no caminho principal, o translado avançaria por construções esparsas até o alcance da vila de Igarassu; pontos de concentração da Igreja Matriz da Freguesia dos Santos Cosme e Damião, do antigo Rosário dos Homens Pretos, da Ordem Terceira Franciscana, do cemitério público e do campo da feira. De seu principal centro administrativo, a rota poderia seguir em uma estrada única para as povoações de Tabatinga e Tapirussú onde, após uma sinuosa curva, alguns metros depois, chegar-se-ia à capela de Nossa Senhora da Boa Viagem da extinta freguesia de Pasmado, assim como às moradas de seu povoado. Afastando-se aos poucos do distrito de Itamaracá, a viagem continuaria após o rio Estiva, alcançando as paragens do engenho Caga Fogo e a região de Chã de Mangabeira, onde encontrariam suas fronteiras com as divisões paroquiais pertencentes à Goiana.

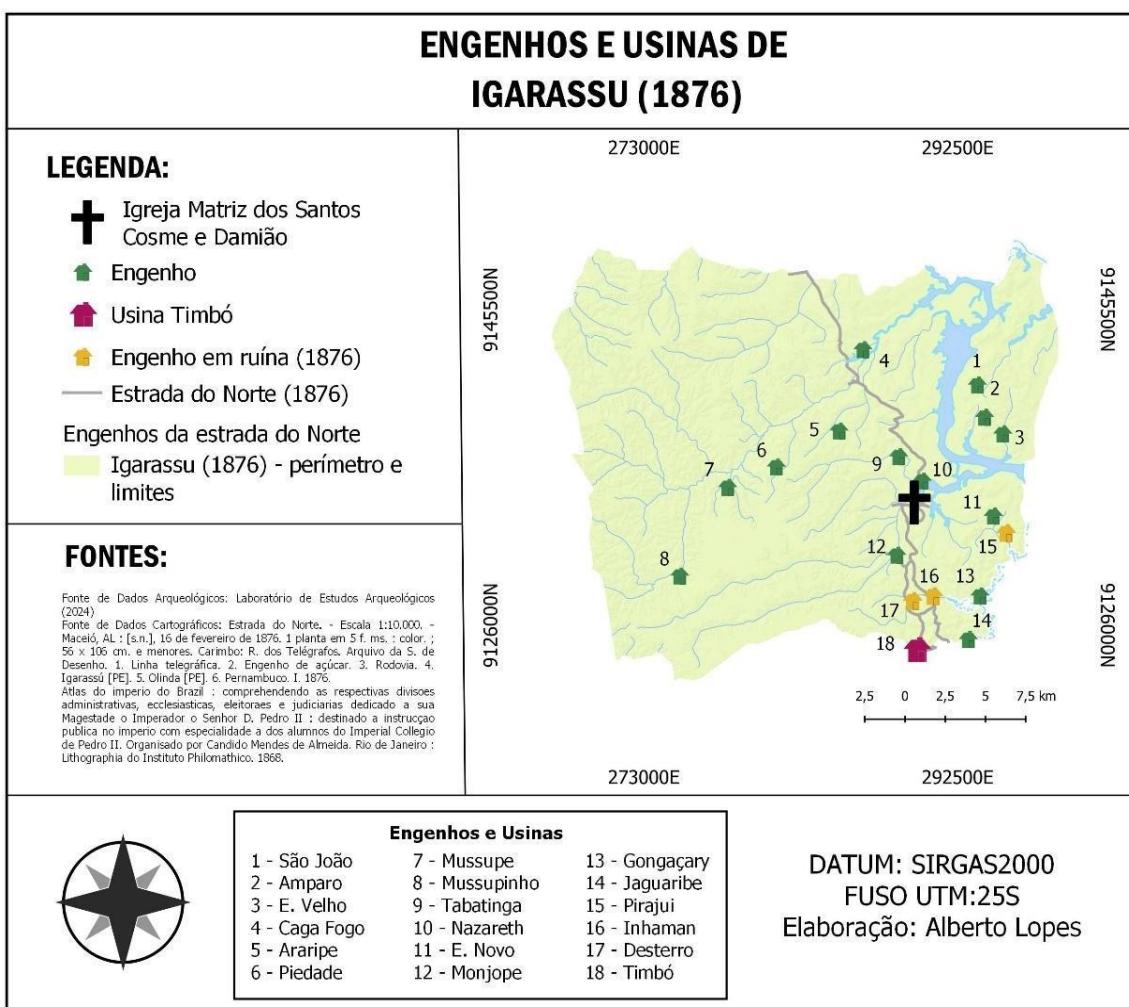


Figura 8. Mapa apresenta a localização de engenhos e usinas, em atividade ou inativos, inseridos nos limites de Igarassu no ano de 1876. A predominância funcional de engenhos d'água confui para a composição de um cenário espacial no qual unidades agro produtoras se inserem em franco diálogo com eixos de drenagem. Fonte: QuantumGIS (2024).

Observa-se, de modo geral, que a configuração paisagística neste segmento do litoral norte pernambucano se manifestou sobretudo a partir de processos concordantes situados entre a intenção de organização urbana sistemática e documentada de uma divisão predominantemente rural – então marcada pelo rearranjo populacional em zonas de circulação de *commodities* e consumo – e a atuação de estruturas políticas e religiosas historicamente vigentes e dominantes. A partir da interface dos dados investigados, é possível inferir que os pontos de interseção de áreas arqueológicas que se encontram sob investigação, como os casos do Povoado de Camboa, dos Engenhos Jaguaribe, Desterro, Inhamã e Monjope, em especial, acomodam localidades caras para a compreensão da formação territorial e concentração urbana histórica e hodierna do município de Igarassu.

Através do uso analítico e relacional de mapas antigos e documentos históricos, a paisagem igarassuana e seus movimentos, formados pela interação entre propriedades agro produtivas, caminhos, e a transmutação de pequenas nucleações circunvizinhas para povoados agregados em pleno processo de crescimento, pôde ser parcialmente revelada, oferecendo o panorama de uma dinâmica influenciada não apenas pelos elementos de um ambiente natural e suas imposições, mas por fatores estritamente relativos à cultura. Os mapas dos domínios da então província oitocentista de Pernambuco se encarregaram de esboçar um discurso oficial sobre

a situação dos espaços de produção em relação à crescente mobilidade e descentralização populacional local. Esse movimento foi fortemente dinamizado posteriormente pelo cenário abolicionista e, no caso do termo de Igarassu, por sua configuração geográfica ter assumido o papel de elo entre as províncias ao norte do império e a conurbação dos arrabaldes de Recife.

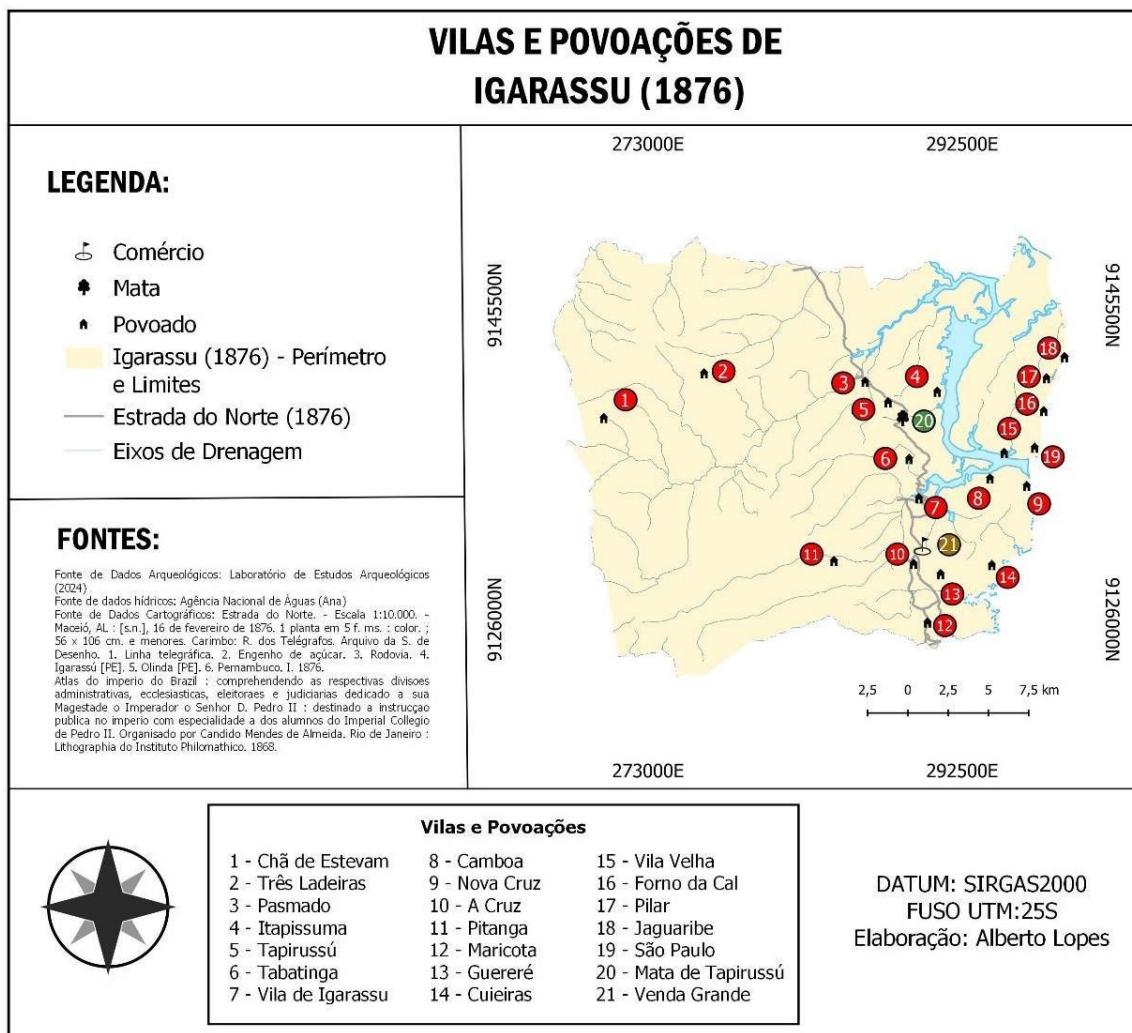


Figura 9. Mapa apresenta a dispersão de vilas e povoações pertencentes ao termo de Igarassu no ano de 1876. Observa-se a forte concentração de pontos de habitação entre áreas costeiras, alagadas e conexas aos caminhos da estrada do Norte. Fonte: QuantumGIS (2024).

Tais elementos se mostraram definidores para uma tendência dessas ocupações “de margem” adensarem e se autofagocitarem continuamente, produzindo mais de si mesmas e refletindo um cenário no qual o espaço em uso condiciona ao mesmo passo em que é condicionado. Deste modo, a observação de lugares entre fronteiras se revela o fio condutor de uma nova possibilidade investigativa sob uma localidade historicamente relevante, bem como condição fundamental para a percepção das outras camadas de seu passado.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Igarassu figura na produção bibliográfica clássica de Pernambuco como importante marco no processo de povoamento da Capitania, no ciclo da cana-de-açúcar e, por conseguinte, da Província. Ao longo do artigo, buscamos não apenas o traço físico de seus limites em um recorte cronológico específico, mas também a visualização de suas implicações no estabelecimento da organização espacial e relacional de povoados que compõem uma tela repleta de relações de causa e efeito na produção e valoração dos lugares e suas paisagens.

A dinâmica de construção do espaço provincial consistia na composição de comarcas que, por sua vez, correspondiam à junção de termos que abarcavam diferentes áreas de influência religiosa conhecidas como Freguesias. O emprego da tecnologia SIG se tornou fundamental para o alcance estimativo da abrangência da localidade a partir da cartografia histórica, bem como para o entendimento sobre antigos pontos de habitação para além de sua principal urbe. Como consequência, soma-se aos contributos do projeto Primeiros Engenhos Coloniais da Sesmaria Jaguaribe, que tem se dedicado às áreas de potencial arqueológico na região.

Os esforços aqui empreendidos sumarizam os pontos iniciais no direcionamento de estudo cartográfico-archeológico no município, auxiliando na identificação e reconhecimento de pontos de concentração de cultura material e história locais. Com o seu avanço, espera-se a ampliação do quadro de áreas atualmente em estudo, assim como a reconstituição de seus diferentes momentos de uso e ocupação.

#### REFERÊNCIAS

- Andrade, L. A. B. (2019). Paisagem conceitual: construção teórica e sua utilização na educação. *RevistAleph*, 32, 178-199. DOI: 10.22409/revistaleph.v0i32.39313
- Arquivo do Instituto Arqueológico, Histórico, Geográfico de Pernambuco (1872- 1873). *Livro de Óbitos da freguesia dos Santos Cosme e Damião (1872- 1873)*.
- Arquivo do Instituto Arqueológico, Histórico, Geográfico de Pernambuco (1872-1877). *Livro de Óbitos de filhos de escravos da freguesia dos Santos Cosme e Damião (1872-1877)*.
- Arquivo Nacional (1876). *Estrada do Norte*. Planta. 56 x 106 cm. 1:10.000. Maceió: Arquivo da S. de Desenho. Disponível em: <[https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=94548&v\\_aba=2](https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=94548&v_aba=2)>. [cons. 16 out. 2024].
- Bastide, H. A. (1824). *Planta da província de Pernambuco*. Mapa. Rio de Janeiro: Arquivo Militar. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart542716/cart542716.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart542716/cart542716.jpg)>. [cons. 16 out. 2024].
- Bluteau, R., & Morais Silva, A. (1789). *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa.
- Brasil (1872). *Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento da população do Império do Brazil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872. 1873-1876*. 6 v [V. 5]. Pernambuco, Parahyba do Norte, Piauhy, Maranhão, Pará, Amazonas. 56, 5, 5. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger.
- Cavalcante, S., & Elali, G. (2017). Espaço e Lugar. Em Cavalcante, S., & Elali, G. (org). *Temas Básicos em psicologia ambiental* (pp. 182-191). Petrópolis: Ed. Vozes.
- Chauí, M. (2000). *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática.
- Cigolini, A. A. (2015). Ocupação do território e a criação de municípios no período imperial brasileiro. *Mercator*, 14(1), 7-19.

- Coelho Netto, J. T. (1999). *A construção do sentido na arquitetura*. São Paulo: Perspectiva.
- Corrêa Neves Salge, E. H., Saramago de Oliveira, G., & Stéfane Silva, L. (2021). Saberes para a construção da pesquisa documental. *Revista Prisma*, 2(1), 123-139. Disponível em: <<https://revistaprisma.emmuvens.com.br/prisma/article/view/47>>.
- Costa, D., & Azevêdo, U. C. (2016). Das senzalas às favelas: onde vive a população negra brasileira. *Socializando*, 3(1), 145-154.
- Costa, V. A. (2018). Arqueologia das margens: pensando paisagens e fronteiras Pelotas. *Tessituras*, 6(1), 21-28.
- Criado Boado, F. (1991). Construcción social del espacio y reconstrucción arqueológica del paisaje. *Boletín de Antropología Americana*, 24, 5-29.
- Dantas, G. A. F., Ferreira, A. L., & Simonini, Y. (2011). Desenhando territórios: a cartografia de Cândido Mendes e o “Nordeste” brasileiro do século XIX. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos E Regionais*, 13(2), 87-99. DOI: 10.22296/2317-1529.2011v13n2p87
- D’Alge, J. C. L. (2015). Cartografia para geoprocessamento. Em Câmara, G., Davis, C. A., & Monteiro, A. M. V. (eds.). *Introdução à Ciência da Geoinformação* (pp. 1-32). São José dos Campos: INPE. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/cap6-cartografia.pdf>>. [cons. 13 set. 2024].
- Diário de Pernambuco (1862). Volume 1, n. 48, p. 5. 27 de fevereiro de 1862. Recife.
- Diário de Pernambuco (1873). Volume 1, n. 13, p. 3. *Relação de devida de exercício de 1871 a 1872 proveniente dos impostos*. 17 de janeiro de 1873. Recife.
- Diário de Pernambuco (1860). Volume 1, n. 131, p.1. *Portaria*. 6 de junho de 1860. Recife.
- Diário de Pernambuco (1861a). Volume 1, n. 137, p. 4. 15 de junho de 1861. Recife.
- Diário de Pernambuco (1861b). Volume 1, n. 301, p. 4. 30 de dezembro de 1861. Recife.
- Dutenkefer, E. (2016). Metodologia para um saber e um fazer geo-histórico: análise de espacialidades pretéritas utilizando instrumentos computacionais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 65, 57-71.
- Eisenberg, P. L. (1977). *Modernização sem mudança: A indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A.
- Ferreira, M. C., & Ferreira, M. M. (2013). Informações espaciais de cartas antigas visualizadas em imagens digitais atuais: uma contribuição do Sig à arqueologia da paisagem. *Revista Do Departamento De Geografia*, 26, 1-14. DOI: 10.7154/RDG.2013.0026.0001.
- Ferreira, Y. (2019). *Georreferenciando o Piauí colonial: cartografia aplicada à arqueologia*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Piauí, Teresina.
- Fonseca, F. P., Dutenkefer, E., Zoboli, L., & Oliva, J. T. (2016). Cartografia digital geo-histórica: uma avaliação da mobilidade urbana de São Paulo no final do século XIX e início do século XX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 64, 131-166.
- Fournié, V. (1874). *Esboço da carta corographica da província de Pernambuco*. Mapa. 910x595 cm. 1:1.000.000. Recife: Bibliothèque nationale de Francernambuco. Disponível em: <<https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb40646956w>>. [cons. 16 out. 2024].
- Geertz, C. (2001). *O Saber Local*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Guerra, A. E., & Santos, M. M. D. (2011). O “Atlas do Império do Brazil”: uma proposta de definição dos limites do Brasil no século XIX. *IV Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica*. Porto.
- Hissa, C. E. V. A. (2002). *Mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

- Hodder, I. (1986). *Reading the Past*. Cambridge: Cambridge Press.
- Ingold, T. (1993). The temporality of the landscape. *World Archaeology*, 25(2), 152-174. DOI: 10.1080/00438243.1993.9980235
- Ingold, T. (2000). *The Perception of the environment*. New York: Routledge.
- Koster, H. (1978). *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Governo do Estado, Secretaria de Educação e Cultura.
- Machado, L. O. (2000). Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista Território*, 5(8), 7-23.
- Martins, H. T. A. (2001). Fragmentação do Território Brasileiro: a criação de novos estados no Brasil. *Caderno CRH*, 35, 263-288.
- Mello, E. C. O. (1984). *Norte agrário e o Império (1871-1889)*. Topbooks, Rio de Janeiro.
- Mello, J. M. F. (1852). *Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco*. Recife: Tipografia de M. F. de Faria.
- Mendes, C. (1868). *Província de Pernambuco*. Atlas cartográfico. 20 léguas portuguesas. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico. Disponível em: <<https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~305755~90076432:X--Provinciadaparahyba-do-Norte?sort=date>>. [cons. 16 out. 2024].
- Moreira, P. G. (2018). Trajetórias conceituais e novas formas de interação nas fronteiras brasileiras. Em Pêgo, B., & Moura, R. (org). *Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública*, volume 1, (pp. 21-42). Rio de Janeiro: Ipea.
- Museu Histórico de Igarassu (1867). *Inventário de Felipe Filgueira Galvão*. Inventariante: Pedro Paulo Filgueira Galvão. Igarassu.
- Museu Histórico de Igarassu (1870). *Inventário de Josepha Carolina Gomes*. Inventariante: Antonio Bento de Araujo. Igarassu.
- Newman, D. (2003). On borders and power: a theoretical framework. *Journal of borderlands studies*, 18(1), 13-25.
- Niemeyer, C. J., Sewelah, A. F., Ancora, F. H., & Coutinho, C. P. (1843). *Mappa topographico da parte da província de Pernambuco: limitada ao norte pela Província da Paraíba, al' Este pelo Oceano, ao Sul pela Província das Alagoas, e ao Oeste pelo Rio Panema*. Mapa. 51 x 56,5cm. 18 léguas portuguesas. Brasil: Arquivo Real Militar. Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/39967>>. [cons. 16 out. 2024].
- Nogueira, R. N., Silveira, R. J. C da, & Pereira, R. S. (1997). Georreferenciamento de mapas temáticos e imagens de satélite no aplicativo IDRISI. *Revista Brasileira de Agrociência*, 3(3), 99-106.
- Nunes, N. P. de C. (1880). *Esboço da carta corographica da província de Pernambuco*. Mapa. 101 x 44cm. 1:1.000.000. Rio de Janeiro: Biblioteca Fluminense, Repartições das Obras Públicas Provinciais. Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/40499>>. [cons. 16 out. 2024].
- Nunes, N. P. de C. (1859). *Mappa dos limites das comarcas e freguezias da Província de Pernambuco*. Mapa. 42 x 84,5 cm. Brasil: Archivo Militar. Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/43414>>. [cons. 16 out. 2024].
- Pereira, J. da R. (2012). *Sobrepondo valores: a construção do território de Igarassu-PE*. Dissertação (Mestrado). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.

- Pernambuco (1849). *Decreto-lei n.º 239, de 30 de maio de 1849*. Extingue a Freguezia de Pasmado e restinguem às parochias a que dantes pertenciam os terrenos que foram incorporados à que suprime – Estabelece para elleas a divisão civil, eclesiástica e judiciária, existente antes da lei provincial n.º 152 – Abole os distritos criados pela lei n.º 224. Volume 14. Recife: Acervo Arquivo Público.
- Pernambuco (1860). *Decreto-lei n.º 480, de 4 de maio de 1860*. Proposta da Câmara Municipal da Villa de Ingazeira. Volume 25. Recife: Acervo Arquivo Público.
- Pernambuco (1866). *Decreto-lei n.º 676, de 1 de maio de 1866*. Distrito de Itamaraca. Volume 31. Recife: Acervo Arquivo Público.
- Rolnik, S. (2011). *Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Editorial da UFRGS.
- Santos, M. (1978). *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp.
- Santos, M. (1979). *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes.
- Santos, M. (2004). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Silva, L. L. S., & Silva J. A. S. (2020). A (i)materialidade do limite e da fronteira. *Revista Eletrônica Para Onde*, 14(1), 13-30. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/paraonde>>. [cons. 13 out. 2024].
- Soares, P. (2024). Mapas coloniais e arqueologia: uma análise pós-processual da paisagem da cidade do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII. *Vestígios-Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica*, 18(1), 57-72. DOI: 10.31239/vtg.v18i1.48497
- Sousa, A. C. de (2007). Arqueologia da paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, 3(2), 291-300. DOI: 10.18224/hab.v3.2.2005.291-300.
- Tilley, C. (1994). *A phenomenology of landscape places, paths and monuments*. Oxford: Berg Publisher.
- Tuan, Y. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL.
- Umbelino, G., Carvalho, R., & Antunes, A. (2009). Uso da cartografia histórica e do Sig para a reconstituição dos caminhos da estrada real. *Revista Brasileira de Cartografia*, 61(1), 63-70.
- Vieira, G. S. (2010). *Decadência e expansão no litoral norte de Olinda (1654-1710): a Freguesia de Maranguape*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós Graduação em Arqueologia, Recife.
- Villiers de L'ile-Adam, J. V. de. (1848). *Carta topographica e administrativa das províncias do Pernambuco Alagoas e Sergipe: Erigida sobre os documentos mais modernos pelo Vcde. J. de Villiers de L'ile Adam*. Mapa. 20 léguas portuguesas. Rio de Janeiro: Bibliothèque nationale de Francernambuco. Disponível em: <<https://bdllb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/44574>>. [cons. 16 out. 2024].
- Viterbo, J. S. R. (1799). *Elucidario das Palavras, Termos, e Frases que em Portugal Antiguamente se Usáram, e que hoje regularmente se ignoram (...)*, tomo 2. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira.